



o Polícia

Boletim Informativo do SPP/PSP

www.spp-psp.pt | publicação quadrimestral | ano XI n.º 52 Setembro 2016

SEGURANÇA EM RISCO

Pág.16



**NÃO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA PSP
COLOCA EM CAUSA A DEFESA E BEM ESTAR DE TODOS OS CIDADÃOS
É URGENTE FORMAR MAIS AGENTES
E DESBLOQUEAR TODAS AS CARREIRAS DA POLÍCIA**



☎ **226 164 353**
☎ **911 557 207**
☎ **962 257 715**

✉ **geral@eurodescontos.pt**

Todos os dias, incluindo Sábado e Domingo.

www.eurodescontos.pt

Tablet e Portátil Windows!

Dois dispositivos num conjunto fantástico.
Precisa de trabalhar? É um portátil potente.
Precisa de relaxar? Remova o teclado e é um tablet prático.
O 2 em 1 que lhe permite ter tudo aquilo com que sonhou.
Ideal para trabalho, perfeito para lazer.



POR APENAS

19,80€
/mês

em 5 meses
ou 99€



Tablet Windows

LCD 7" HD multitouch; Windows 8; CPU Intel Quad-Core;
16GB memória interna; Wi-fi; Bluetooth; 2 Câmaras; 2500
mAh bateria. Inclui teclado e capa.

Aliamos o melhor dos 2 mundos ...



Tablet



Portátil



1 Ano de licença GRÁTIS



Word



Power Point



Excel



OneNote



Outlook

O melhor do Windows, com uma série de novas funcionalidades
que irá adorar. Algumas destas novas funcionalidades incluem
inovações ao nível da segurança, personalização e produtividade.
Tablet Ultra-fino. Portátil Poderoso.

Agora, pode ter um computador portátil e um tablet
Windows, num só equipamento.

Peça já o seu Tablet e Portátil Windows!

Ligue já: **226 164 353** ou **911 557 207** ou **962 257 715**

Promoção válida até 31/07/2016 e limitada ao stock existente. Entregamos pessoalmente os seus artigos, mediante marcação. PVP com IVA incluído de 99€. Acrescem despesas de envio/seguro no valor de 19,95€ e de 4,95€ em cada mensalidade no pagamento através de sistema de débitos diretos SEPA. Imagens não contratuais. Os dados são processados automaticamente e destinam-se à entrega do seu pedido. Disponho de catorze dias corridos para devolver o artigo. EuroDescontos - Rua de Grijó, nº 72 | 4150-384 Porto.



EXCLUSIVO EURODESCONTOS
NÃO DISPONÍVEL EM LOJAS

A segurança não pode andar ao sabor dos governos



O SPP-PSP sempre pautou a sua ação pela ponderação e superiores interesses dos polícias, da instituição que eles servem e da segurança de todos os cidadãos. Por isso, quando negociamos com o Governo e propomos medidas para ajudar a melhorar as condições em que os polícias trabalham, temos o cuidado de ponderar se aquilo que exigimos é ou não exequível. Como é óbvio, a negociação do actual Estatuto da PSP não fugiu à regra e nele foram contempladas medidas que consideramos vitais para o bom funcionamento da Polícia e para a sua missão principal que é zelar pela segurança nacional.

Nesse sentido, legislou-se, entre outros aspectos, a questão da passagem à pré-aposentação e aposentação dos polícias. Como é do conhecimento geral, há vários anos que muitos elementos não passam à pré-aposentação, mesmo cumprindo os preceitos legais, sendo-lhes permitido, através de requerimento, solicitar essa passagem. Como estes requerimentos ficam sem despacho, os processos têm-se vindo a acumular ao longo dos anos, obrigando os polícias a trabalhar até ao limite de idade (60 anos), mesmo que muitos deles já não reúnam as condições físicas necessárias para o desenvolvimento cabal das suas missões. Tal situação tem provocado o envelhecimento da PSP, o que se traduz em graves constrangimentos operacionais, numa sociedade onde a criminalidade geral exige cada vez maior capacidade física e mental aos polícias.

E foi para tentar minimizar este grave problema que se consagrou no Estatuto em vigor uma calendarização asser-

tiva (em nosso entender e no de todos os que colaboraram na elaboração do documento, Governo incluído), para admissão de novos agentes e consequente passagem à pré-aposentação e aposentação dos elementos que reunissem condições legais para tal.

É inegável que a tendência para a escassez de recursos humanos na PSP, que se tem vindo a acentuar desde a anterior legislatura, tem de ser rapidamente invertida. Foi precisamente para isso que, em 2015, aquando das negociações do Estatuto Pessoal da PSP, ficou

**(...) o Direito à
Segurança, consagrado
na Constituição da
República Portuguesa,
que não pode, de forma
alguma, continuar a
andar ao sabor dos
governos.**

estabelecido e acordado, com a maioria das estruturas sindicais representativas da PSP, uma planificação/calendarização de admissões e saídas da PSP até 2019, tendo em consideração os pedidos de passagem à pré-aposentação e o limite de idade, sem que a PSP perdesse operacionalidade.

Acontece, porém, que o actual ministro das Finanças, Dr. Mário Centeno, entendeu fazer tábua rasa daquilo que está consagrado em lei e impor ele os

limites de admissão de novos agentes, fazendo com que o ritmo de formação de novos agentes seja irrisório atendendo ao número de polícias que irão atingir brevemente as condições para a pré-aposentação e aposentação.

Uma atitude que se estranha, atendendo ao facto de a ministra da Administração Interna e todo o actual Governo reafirmarem que tudo aquilo que consta do Estatuto Pessoal da PSP será devidamente regulamentado e cumprido na sua plenitude. Esperamos, por isso, que a Direção Nacional da Polícia ainda se possa socorrer da reserva de 930 candidatos já seleccionados para ingressar na PSP durante o mês de Setembro, período findo o qual expira a validade dessas candidaturas. Se tal suceder, será necessário começar do zero, com todos os custos daí inerentes.

Certo é que a postura assumida pelo Dr. Mário Centeno de autorizar apenas a admissão de 300 agentes em 2016, caso se mantenha, irá comprometer de forma grave o rejuvenescimento da instituição, a segurança pública e deixar a PSP praticamente paralisada. Há por isso, que aproveitar a reserva existente ainda em 2016, a fim de se garantir alguma estabilidade no funcionamento da Polícia.

O SPP-PSP já solicitou ao próprio ministro das Finanças, através de ofício, que repense a sua decisão, sob pena de estar a ser posta em causa a organização e funcionamento de uma das maiores instituições de Portugal e um dos mais importantes direitos dos portugueses: o Direito à Segurança, consagrado na Constituição da República Portuguesa, que não pode, de forma alguma, continuar a andar ao sabor dos governos. A lei existe e é para ser cumprida.

10

DAMOS VOZ
O meu pai é Polícia



16

TEMA DE CAPA
Segurança em risco



20

CONVIDADO
Algumas notas sobre a Insolvência



24

OUTRO OLHAR
As elites portuguesas



03 EDITORIAL

*A segurança não pode andar
ao sabor dos Governos*
Mário Andrade, Presidente do SPP-PSP

05 OPINIÃO

Problema da manta curta
Raúl Bettencourt, dirigente do SPP-PSP

06 CRITICAMOS

Penalizações nas aposentações
António Ramos, dirigente do SPP-PSP

07 DENUNCIAMOS

*Polícias de Oeiras e Cascais com problemas
nos cuidados de saúde*
Redacção O Policia

08 ELOGIAMOS

PSP sem mãos a medir nos incêndios
Redacção O Policia

10 DAMOS VOZ

O meu pai é Polícia
Daniel Antão, filho de Antão da Silva

13 AVALIAMOS

Têm andado a empatar os Polícias
Direcção do SPP-PSP

16 TEMA DE CAPA

Segurança em risco
Direcção do SPP-PSP

20 CONVIDADO

Algumas notas sobre a Insolvência
José Tavares, advogado do SPP-PSP

24 OUTRO OLHAR

As elites portuguesas
Alexandre Zagalo, advogado do SPP-PSP

26 LAZER

Convívios juntam polícias e famílias
Redacção O Policia

28 DESPORTO

Torneio de Futebol 7 foi um sucesso
Redacção O Policia

30 PASSATEMPOS

OPINIÃO

Raúl Bettencourt

Dirigente Sindical do SPP-PSP

Problema da manta curta penaliza forças de segurança

No SPP-PSP estamos habituados a fazer contas e obrigados a fazer uma gestão criteriosa e cuidada dos dinheiros que são postos à nossa disposição para fazer face a todas as despesas a que a manutenção de uma estrutura sindical obriga. Sabemos que não podemos tirar dinheiro de um lado para colocar no outro, sob pena de falhar rotundamente no serviço que prestamos aos nossos associados. Por outras palavras, não podemos simplesmente desviar o dinheiro que é para pagar aos serviços jurídicos para pagar o serviço do gabinete de psicologia e vice-versa, pois privaríamos os nossos associados de um desses serviços, o que seria impensável.

Por isso, não posso deixar de manifestar a minha surpresa e estupefacção quando ouvi o nosso primeiro-ministro, António Costa, dizer publicamente que o dinheiro para combater os fogos flo-

restais saía da Administração Interna e fazia falta para equipar a PSP e a GNR de mais meios humanos e materiais. Ou seja, tira-se aos polícias, para se pagar a privados o uso de meios aéreos e outras coisas que tais para combater fogos.

**(...) tira-se aos polícias,
para se pagar a privados
o uso de meios aéreos e
outras coisas que tais
para combater fogos.**

Ficamos, pois, todos a saber que, pelos vistos, quando se faz o Orçamento de Estado, o Ministério da Administração Interna (e o Governo no seu todo), não estipulam de imediato as verbas necessárias para a preven-

ção e combate aos fogos florestais e aquelas que são precisas para dotar as forças de segurança de mais meios materiais e humanos.

E ficamos com o seguinte cenário: Se houver poucos fogos e não se gastar muito dinheiro no seu combate, sobra dinheiro para investir na segurança e no combate à criminalidade. Caso contrário, pagam-se os meios aéreos usados para apagar as chamas e relega-se para as calendas a formação de mais agentes para ingressar nas forças de segurança, comprar viaturas e remodelar esquadras a cair de podres. E isto, porque as verbas são mal cabimentadas logo aquando da elaboração do Orçamento de Estado.

Tira-se de um lado para se gastar no outro. E um dos lados é que fica literalmente "a arder". É o velho problema da manta curta: tapa-se a cabeça e des-tapam-se os pés. Tampam-se os pés e descobre-se a cabeça.

Enfim, pura má gestão!

PUBLICIDADE

CLÍNICA DE SANTA MAFALDA

Mais de 30 especialidades

Serviços Clínicos

Acordo com o SPP/PSP

www.santamafalda.pt

Av. da República 6,
2825-399 Costa da Caparica

Dias úteis das 8h às 20h
Sábados das 8h às 13h

Telfs.: 21 290 17 85 / 21 098 89 10
21 290 68 95 / 932 9017 85



António Ramos
Dirigente do SPP-PSP

Penalizações nas aposentações são uma tremenda injustiça

Confesso que foi com agrado que li a notícia de que o Governo irá aprovar um Decreto-Lei, já neste mês de Setembro, no sentido de acabar com os cortes nas aposentações dos polícias. Mas, como S. Tomé, quero ver para crer, pois há muitos anos que estamos habituados a receber promessas de quem nos governa, inclusive a saírem leis que nós exigimos, e depois, na prática, continuar tudo na mesma. Espero, honestamente, que esta minha desconfiança não se confirme e que a ministra da Administração Interna saiba honrar os compromissos assumidos com os polícias e respeitar a lei.

Os cortes que têm afectado os polícias aposentados ou que se irão aposentar são uma tremenda injustiça, até porque outras profissões similares, como militares e elementos da GNR, não os sofrem. Se PSP e GNR têm basicamente a mesma missão, é perfeitamente surreal que os primeiros sejam penalizados quando terminam a sua carreira e os outros não.



Acresce que ser polícia, como já foi comprovado por vários estudos, é aceitar uma profissão de risco e de desgaste rápido que lhes rouba 11 anos de vida em relação aos demais cidadãos. Sim. É verdade. Um polícia vive em média me-

nos 11 anos que pessoas que trabalham noutras profissões.

Além disso, não posso esconder a minha indignação, tal como o Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP-PSP) denunciou oportunamente, em relação ao facto, aliás divulgado pelos órgãos de Comunicação Social, da passagem à aposentação dos funcionários do sector bancário através da apresentação de um simples atestado médico e por doenças vulgares e nada impeditivas de que continuem a desempenhar as suas funções.

Eu, tal como o sindicato de que faço parte, nada temos contra os bancários, mas não podemos aceitar que o Governo trate os funcionários públicos, nomeadamente os polícias, cuja profissão, como referido, é de desgaste rápido, com dois pesos e duas medidas.

Considero simplesmente inadmissível que um polícia doente tenha de ver o seu estado de saúde ser avaliado pelo médico de família, pela Junta Superior de Saúde da PSP e ainda pela Junta Superior de Saúde da Segurança Social para ter direito à aposentação por doença, enquanto um bancário, que não corre qualquer risco de vida em virtude da sua profissão, não está sujeito a turnos e não sofre na pele o sabor das intempéries, passe à aposentação com um simples atestado médico.

Tenho conhecimento de casos de polícias que viram a Junta Superior de Polícia considerar que deviam ser aposentados, por estarem gravemente doentes e incapazes para o serviço, e mais tarde foram mandados trabalhar pela Junta Superior da Segurança Social, numa clara desautorização de médicos a outros médicos. Existem mesmo casos de polícias a quem foi diagnosticado cancro e que viram a passagem à aposentação ser recusada.

Afinal em que país vivemos? Não somos todos dignos dos mesmos direitos?

PUBLICIDADE

DENTIBUS PROMOÇÃO

Na colocação de Aparelho Dentário A DENTIBUS OFERECE:

- Aparelhos de Contenção
- Branqueamento Dentário

CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA
265 184 506 - 961 503 205

Participação válida de 29 de Setembro de 2016 a 29 de Fevereiro de 2017. Não acumulável com outras promoções vigentes no período.

WE ♥ DENTIBUS

Polícias de Oeiras e Cascais com problemas nos cuidados de saúde

Os agentes da PSP de Oeiras e de Cascais estão a ser vítimas, periodicamente, da falta de cuidados de saúde adequados na área onde prestam serviço devido ao encerramento frequente, numa decisão, que o SPP-PSP considera incompreensível, do Núcleo de Saúde do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP (COMETLIS), do Posto Médico de Oeiras. Trata-se de uma situação que se vem repetindo e que merece o nosso total repúdio, uma vez que contraria até a norma que tem sido adoptada pelo Governo de aproximar os cuidados médicos dos cidadãos. Pelos vistos, na PSP, há quem pense de forma diferente e não hesite em afastar os cuidados médicos dos elementos policiais.

O SPP-PSP alerta para o facto de que os elementos que necessitam de cuidados médicos são muitas vezes obrigados a deslocar-se ao posto clínico do COMETLIS, facto que tem provocado enormes constrangimentos aos polícias, quer no activo, quer na aposentação, a trabalhar ou residir nas regiões de Cascais e Oeiras (um universo superior a mil elementos), não só pela deslocação, mas também pelo longo aumento do tempo de espera no atendimento, uma vez que o número de utentes para o mesmo clínico passou a ser inevitavelmente ser muito maior.

Acresce que a decisão agora tomada, ainda que se garanta que é temporária, irá obrigar o médico do posto clínico de Lisboa a um maior desgaste e traduzir-se em consultas mais rápidas e, obviamente, com menor qualidade. É de salientar que muitos dos polícias afectados por esta decisão irreflectida não têm médicos de família nos centros de saúde da área da sua residência.

O SPP-PSP está a acompanhar atentamente esta situação e já solicitou, em Julho passado, informação ao Comandante do COMETLIS a fim de este esclarecer para quando está prevista a contratação de mais um clínico que permita a manutenção do posto clínico que serve as divisões de Oeiras e de Cascais, não tendo obtido ainda qualquer resposta, o que poderá cul-



minar numa tomada de posição mais dura do nosso sindicato em relação ao assunto, uma vez que com a saúde não se pode brincar.

Só com a contratação de mais um clínico para Oeiras é que a PSP pode-

rá continuar a garantir cuidados básicos de saúde com qualidade aos seus profissionais que, recorde-se, descontam uma percentagem significativa dos seus salários para esse efeito.

A redacção de "O Polícia"

PUBLICIDADE

PROTOCOLO COM O SPP-PSP

CLINALCO
CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA DE ALCOCHETE

CONSULTAS - SERVIÇOS DISPONÍVEIS:

- ANÁLISES CLÍNICAS
- MEDICINA DENTÁRIA
- CIRURGIA GERAL E DE OBESIDADE
- FISIATRIA
- PSICOLOGIA
- PSIQUIATRIA

21 234 31 35 - 96 117 05 09 2ª A 6ª - 8H30 AS 20H00 SÁBADO - 8H30 AS 14H00

RUA COMENDADOR ESTEVÃO DE OLIVEIRA N.º 42 ALCOCHETE Siga-nos

PSP sem mãos a medir na ajuda às vítimas dos fogos florestais



O Verão que agora está a terminar ficou mais uma vez marcado pelo drama dos fogos florestais que devastaram vastas áreas do território nacional (Continente e ilhas), colocando imensas vidas em risco e deixando muitas famílias apenas com a roupa que tinham no corpo. Na hora da aflição, ficou-se a saber, através de declarações do primeiro-ministro, António Costa, que as verbas que são alocadas ao combate a incêndios florestais, em aluguer de aviões e equipamento de bombeiros, são desviadas da segurança interna. O primeiro-ministro frisou que o dinheiro para combater fogos não é, assim, investido em instalações e esquadras da GNR e PSP, cujas condições “são uma vergonha nacional”.

O primeiro-ministro disse que, além

das instalações, é necessário investir nas condições dos polícias e dos guardas (da GNR), “que têm péssimas condições de trabalho”, aludindo também à falta de pessoal, que “é necessário aumentar”.

Porém, apesar da falta de meios humanos e materiais, os agentes da PSP a trabalhar nas zonas afectadas pelos fogos não regatearam os seus esforços para ajudar as vítimas e até os próprios bombeiros, tentando, dessa forma, minimizar a tragédia. E houve mesmo polícias que, numa atitude altruísta, agradeceram às pessoas que os ajudaram a ajudar. Exemplo disso é o texto colocado a circular nas redes sociais por um elemento das forças de segurança da ilha da Madeira e que, pela mensagem de esperança que transmite, aqui reproduzimos na íntegra:

“Quando uma garrafa de água é muito mais do que apenas isso. Amanhã é a minha folga. Passei, como tantos colegas e camaradas 3 dias muito difíceis. A farda cheira a fumo mesmo dentro do saco. Em cada um deles estive mais de 13 horas no terreno muitas vezes sem conseguir ver um palmo à minha frente ou sem conseguir respirar. Não vou mentir, foi difícil e houve momentos em que a coisa esteve muito má. Estou exausto fisicamente, mas cheio de força no peito.

Vou passar a folga junto dos meus, com as minhas meninas que já não me vêem há 3 dias e, se tudo correr bem, quando voltar no sábado a situação já estará melhor. Não quero contudo deixar passar isto sem um sincero obrigado. Vejo muitas publicações de agradecimento aos bom-

beiros e às forças de segurança, mas o obrigado somos nós que o devemos.

Nada é tão desmotivante, como não vermos o nosso esforço reconhecido, pois o oposto também é verdade. Já passei há uns anos a década de serviço, e nunca em ano nenhum, vi tamanha onda de apoio e reconhecimento do meu, do nosso esforço. Gostava que conseguíssemos imaginar o quanto enche um coração entrar numa área e ver uma pilha de garrafas de água trazida por vós. A enorme força que nos dá andar no meio do fumo sem conseguir respirar ou sequer ver o céu e, de repente, darem-nos uma máscara descartável. O quanto me encheu a barriga e a alma, aquela barrita. Dizem-me que têm orgulho em nós. Orgulho tenho eu, de ver que cada vez mais cresce a consciência social no meu país. Orgulho tenho eu, por me permitirem ajudar e se tiver que me arriscar mais um bocadinho por vocês faço-o de bom grado a cada ano mais. Orgulho tenho eu de poder dizer que sou Português. Ao povo deste país, muito, mas muito obrigado.”

A todos os polícias que estiveram envolvidos na ajuda às vítimas dos fogos florestais o SPP-PSP endereça também



o seu mais profundo reconhecimento e agradecimento, porque, apesar das dificuldades que enfrentam diariamente para garantir a segurança nacional,

e já reconhecidas pelo próprio primeiro-ministro, souberam, mais uma vez, dizer: “Presente!”

A redacção de “O Polícia”

PUBLICIDADE

CLÍNICA MÉDICA SÃO JOÃO

Medicina Dentária
Implantologia
e Cirurgia Oral

Fisioterapia

Medicina Geral e Familiar

Psicologia

Terapia da Fala

Psiquiatria

Conheça o cartão saúde da sua clínica...

Contactos:
218 516 388
www.clinicasaोजoao.pt
clinicamedicasaोजoao@gmail.com
Clínica Médica São João

Segunda a Sexta-feira
das 08h às 20h
e Sábado das 8h às 13h

Rua Cidade de Bolama, 3 R/C Esq.
1800-077 Lisboa
OLIVEIRA SUL

O meu pai é polícia!

Ainda me lembro de quando, em miúdo, lá na escola, costumávamos comparar as profissões dos nossos pais e eu, sempre com algum embaraço, confessava que o meu era polícia. Nunca gostei muito de o dizer, mais pelo medo de cair no ridículo da piada fácil, que era “eu vou chamar o meu pai que é polícia”, que poderia pôr fim a qualquer brincadeira estúpida, ou conversa parva, que estivesse a acontecer, ou para não ser gozado pelos outros com um simples “cuidado que o pai dele é polícia”!

Desde sempre me habituei a ver o meu pai a chegar a casa tarde na noite, a sair ao anoitecer, ou logo ao romper da manhã, para ir trabalhar para a Esquadra. E aquelas noites, em que ele simplesmente não regressava a casa e em que as únicas palavras que trocávamos era pelo telefone: “O pai hoje fica na esquadra?”. Eram situações perfeitamente comuns. A minha mãe lá tinha de dormir sozinha e a mim cabia a responsabilidade de guardar a casa, porque, afinal de contas, eu era o único homem presente em casa.

Desde sempre também me acostumei a não ter natais ou passagens de ano normais. Numa das duas noites, senão nas duas, o meu pai tinha de trabalhar, ou sair a meio das festividades de casa, ou voltar já depois da meia-noite. Soava-me sempre a incompleto, mas era o que havia. Afinal, era a vida dele como polícia.

Porque, para que as outras pessoas dormissem descansadas ele estava a trabalhar a noite inteira; Porque, para que as pessoas saíssem do comboio tranquilas, sabendo que nada lhes aconteceria no seu caminho para casa, ele estaria a passar uma noite à chuva e ao frio, ali perto para as guardar; Porque no dia da folga de Domingo, ele ia comandar o policiamento do futebol, ou por vezes, corridas de toiros, etc, etc...

Enfim, para que a vida de todos fosse normal, a dele e a da sua família não podiam ser. E o injusto de tudo, é que ninguém parecia reconhecê-lo.

Agora que cresci, ainda se contorcem as minhas entranhas quando alguém acusa a polícia de um acto pelo qual claramente não é responsável. E não o deixo de afirmar, sem sentir angústia pela incompreensão, quando entre amigos ou



conhecidos, alguém reclama do trabalho dos profissionais da PSP, sobretudo quando ninguém sabe o que custa ter a vida em risco constantemente. Tudo isto me faz impressão, quando se trata de uma profissão à qual nem o próprio Estado dá o valor que lhe é merecido.

Em determinada ocasião, recordo-me perfeitamente, quando o meu pai e a minha mãe celebraram as suas bodas de

“cuidado que o pai dele é polícia”!

prata (25 anos de casados), de o meu pai falar de forma satisfeita e feliz em casa e à mesa, que tinha pedido com “15 dias de antecedência”, o dia 15 de Setembro (data da celebração), como excesso de serviço, ao seu superior hierárquico,

com a finalidade de poder celebrar esse evento, com troca de alianças, tendo tido o seu aval. Qual não foi, por isso, a indignação/revolta do meu pai, quando a escassos dias dessa data, o seu superior o ter informado de que já não lhe dava esse excesso de serviço, alegando que não dava dias para celebrar bodas de prata ou de ouro, o que me deixou estupefacto, uma vez que poucos celebram no activo 25 anos de casados e 50 muito menos. Que desumanidade!

Recordo-me também, que apesar desse contratempo e dessa humilhação, o meu pai e a minha mãe ainda tiveram força anímica para dar a volta por cima e ver as coisas de forma positiva, combinando ambos, para esse dia jantarem juntos comigo e a minha irmã, fazendo a respectiva troca de alianças, e depois ir entrar ao serviço no turno das 01H00 às 07H00, como graduado na Esquadra.



Todavia, para espanto meu e do meu pai, aquele senhor, que para mim, e perante esta atitude, não teve nada de responsável da PSP (graças a Deus, sei que a maioria não é assim), de homem, de humano e de carácter, ainda nomeou o meu pai para uma operação stop no período das 21H00 às 07H00, isto na véspera do dia 15 de Setembro, em que eles iriam celebrar as suas bodas de prata.

Perante este novo contratempo/injustiça, o meu pai apesar de muito revoltado com a situação, não quis torcear a decisão dando, por exemplo, parte de doente, o que seria dar “parte fraca”, tendo mesmo ido trabalhar de cabeça bem erguida e de forma resiliente, não podendo desta forma realizar com a minha mãe essa “pequenina cerimónia”, o que, como é óbvio, deixou ambos bastante entristecidos.

O meu pai dizia muitas vezes à mesa, que não compreendia o porquê daquele seu superior ser uma pessoa tão inclemente, tão déspota, tirano, vil, atroz, algoz, boçal, inclemente, soez, minaz, ignóbil e grosseiro, em termos de comportamentos, não só com a sua pessoa, como também com todo o efectivo policial e o mesmo não ser transferido, pelo seu Comandante, uma vez que havia inúmeras queixas de comportamentos negativos e grosseiros relativamente àquele indivíduo, tanto com

elementos policiais, quer com civis.

Repetia muitas vezes o meu pai, que aquele homem era uma pessoa muito instável, com comportamentos bipolares, criando assiduamente um clima de hostilidade, azedume, aspereza e de animosidade entre os homens e mulheres que tinha à sua responsabilidade. Como filho orgulhoso do meu pai, confesso que não

Hoje (...) já não sinto qualquer embaraço em afirmar orgulhosamente e de peito inchado: o meu pai é polícia. Ou melhor, o meu pai foi POLÍCIA!

percebo muito de Polícia, mas acho que nesta instituição tão nobre, não fazem falta homens desta natureza, com falta de carácter, que de homem só têm o nome, e que em termos de capacidade de liderança deixam muito a desejar. Que eu saiba, este tipo de atitudes, sejam com o meu pai ou com qualquer outro elemento da PSP, não são qualidades humanas para quem tem de liderar um grupo de pes-

soas numa esquadra de polícia.

Quando estávamos, por vezes juntos, os temas de trabalho do meu pai acabavam, inevitavelmente, muitas vezes por surgir, nem que fosse por um inopinado telefonema lá da esquadra, para ele ir resolver uma ocorrência que tivesse acabado de surgir. Sim, muitas vezes ele tinha que se deslocar, para esse efeito, ficando eu, evidentemente, triste e aborrecido por não ter o meu pai, muitas vezes, junto de mim e da minha restante família.

Assim, cresci, por vezes até chorei, habituado a raramente ter o meu pai presente, para poder brincar com ele, em horários certos e previsíveis e a ter de dividi-lo com as inúmeras ocorrências que ele sempre tinha em mãos nas diversas Esquadras onde prestou serviço.

Com a idade aprendemos o valor da perda. A dar valor aos que mais amamos, a medir o perigo, e a sermos mais responsáveis. Hoje, que já sou bem crescido, educado e bem formado (licenciatura e mestrado), já não sinto qualquer embaraço em afirmar orgulhosamente e de peito inchado: o meu pai é polícia. Ou melhor, o meu pai foi POLÍCIA!

Mesmo tendo crescido sem gostar que ele o fosse!

**Carta escrita por Daniel Antão
(filho de Antão da Silva,
Chefe Principal - aposentado)**

Um mundo de peças ao seu dispor



Armazéns

Algarve

Coimbra

Odivelas

Porto

Lojas

Almada

Amadora

Montijo

Odivelas

Vialonga

Nos nossos pontos de venda vai encontrar as
peças que precisa para o seu automóvel.

30 Anos

www.autozitania.pt

www.autozitania2.pt



Têm andado a empatar os polícias com palavras e estudos



O Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP-PSP) reuniu a sua direção para analisar a atuação do Ministério da Administração Interna e da Direção Nacional da PSP ao longo deste ano, tendo concluído que a respetiva avaliação é negativa e claramente lesiva dos interesses de todos os polícias e cidadãos em geral.

Direção do SPP-PSP

Desde que o atual Governo tomou posse que o SPP deixou bem claro que pretendia ver aplicado integralmente o Estatuto do Pessoal com Funções Policiais da PSP, que entrou em vigor em Dezembro do ano passado, devendo ser repostas algumas anomalias existentes anteriormente, em especial nas posições remuneratórias das categorias de Agentes e de Chefes (Agentes e Chefes do mesmo curso de promoção, por exemplo, foram colocados em posições remuneratórias diferentes uns de outros).

Solicitámos, desde logo, a criação imediata de regulamentação (portaria ou despacho conjunto) do sistema de atribuição de prémios de desempenho, de modo a que fosse possível ainda neste ano de 2016 a atribuição de dias de férias como prémio de desempenho.

Também defendemos que fosse efetuada uma calendarização atempada para a admissão de candidatos a Agentes da PSP, aproveitando as reservas

ainda existentes, e sugerimos que se iniciasse a formação, em número de 800/1000 no início de Setembro 2016. Como se sabe e o assunto será devidamente explanado nesta revista, apenas está prevista a formação de 300.

(...) o SPP deixou bem claro que pretendia ver aplicado integralmente o Estatuto do Pessoal com Funções Policiais da PSP, que entrou em vigor em Dezembro do ano passado (...)

Tendo em conta a falta de profissionais em todas as categorias solicitámos que fossem agilizados os procedimentos concursais de pro-

PUBLICIDADE



moção em curso desde Setembro de 2014 (Agentes a Ag. Principais; Chefes a Chefes Principais; Subcomissários a Comissário). Não era, e continua a não ser, aceitável que se demore dois ou mais anos em procedimentos concursais. Logo que concluídos estes procedimentos o SPP defendia que deveriam ser abertos novos concursos para estas categorias. Deveria também ser, o mais urgente possível, efetuada a abertura e procedimentos concursais para as categorias de Agente Coordenador; Chefe Coordenador; Chefes e Oficiais.

Considerando as dificuldades sentidas pela DN/PSP em conseguir cativar e fazer deslocar para a EPP em Torres Novas formadores em matérias policiais e não policiais integradas do programa dos cursos de Agentes e Chefes, o SPP-PSP solicitou que fosse criado um estatuto/regulamento

(...)
**o Estatuto da PSP
continua por aplicar
em quase todas as
matérias previstas e os
regulamentos urgentes**
(...)

do formador de modo a que os potenciais candidatos não venham a ser penalizados financeiramente com a sua deslocação para a EPP. Assim a PSP conseguiria mobilizar, motivar e escolher os mais qualificados para formadores e deste modo a formação seria de melhor qualidade, o que se traduziria num melhor serviço para a população que servimos.

O SPP-PSP sugeriu, igualmente, que durante o ano 2016 o MAI deveria iniciar a negociação com vista à revisão urgente do Regulamento Disciplinar da PSP (Lei 7/90), diploma este que está desajustado da realidade social e policial. No âmbito das visitas que a direção do SPP-PSP fez a vários comandos foram igualmente avisados, quer o MAI quer a DN/PSP para a degradação de dezenas de infraestruturas e para a falta de meios materiais na maioria das esquadras.

Finalmente, entre muitas outras matérias, também se tentou sensibilizar as entidades competentes para a necessidade urgente de se procederem às movimentações de agentes entre



comandos e identificamos e sugerimos formas de se combater o problema dos suicídios nas forças de segurança.

Passados mais de oito meses do ano em curso o que fizeram o Governo e a DN/PSP? Pouco ou nada!

A DN/PSP tem empurrado a falta de iniciativa para resolver problemas para o Ministério da Administração Interna e este insiste em reuniões, atrás de reuniões com as estruturas sindicais que mais não visam do que adiar, adiar e voltar a adiar a aplicação de medidas concretas.

Assim, o Estatuto da PSP continua por aplicar em quase todas as matérias previstas e os regulamentos urgentes que se impunha já terem sido elabora-

dos e publicados continuam a não passar de meras cogitações políticas, como é o caso dos dias de prémio para serem convertidos em dias de férias.

Não existe qualquer plano que seja do nosso conhecimento para remodelar as esquadras degradadas e também não está prevista a renovação dos meios materiais, nomeadamente a aquisição de novas viaturas, para os polícias poderem desempenhar de forma digna a sua missão.

O Plano de Prevenção de Suicídios nas Forças de Segurança não tem passado da fase de elaboração de estudos que tardam em ter aplicação prática.

Ainda recentemente a ministra da Ad-



ministração Interna, Constança Urbano de Sousa, fez saber que está a ser estudada uma reorganização do dispositivo do Comando Metropolitano de Lisboa (Cometlis) da PSP, com o objetivo de colocar mais polícias nas ruas. Mas já o anterior Governo PSD/CDS-PP também tinha iniciado uma reorganização no dispositivo do COMETLIS, tendo mesmo chegado a encerrar algumas esquadras.

E assim vamos andando, de estudos em estudos, sem que nada seja feito verdadeiramente em prol dos polícias e da segurança dos cidadãos.

O SPP-PSP considera que já passou tempo mais do que suficiente para estudos e análises e continua a exigir que o Governo e a Direção Nacional adotem rapidamente medidas tendentes a que o Estatuto da PSP

seja cumprido e devidamente regulamentado, que seja anunciada e publicada com antecedência a listagem da mobilidade nos comandos e que sejam colocadas em prática as medidas para prevenção de suicídios nas forças de segurança, para já não falar na elaboração de um plano concreto para remodelação de esquadras e renovação de equipamentos.

PUBLICIDADE

Governo está a paralisar a PSP e a colocar em causa a segurança nacional

Em perigo. É assim que está neste momento a segurança nacional, caso o Governo não arrepie caminho a decida fazer o que a lei exige, ou seja, o cumprimento do Estatuto Pessoal da PSP (EPPSP) na sua totalidade, regulamentando tudo o que ainda falta regulamentar e implementando as medidas nele preconizadas. O SPP-PSP e todos os sindicatos mais representativos da instituição já alertaram quem de direito para o risco que se está a correr caso não se cumpra a legislação e garantimos, desde já, que iremos até às últimas consequências para que os direitos dos polícias sejam, de uma vez por todas, respeitados.

A Direção do SPP-PSP

Nunca como agora os problemas que afetam os polícias foram tão transversais, estando-se a traduzir num estado de espírito generalizado de insatisfação e indignação em todas as classes profissionais: Agentes, Chefes e Oficiais.

São várias as reivindicações que os polícias estão a fazer: Que seja criada e publicada a lista de antiguidades, por categorias (Agentes, Chefes e Oficiais), na PSP; Que seja sempre anunciada e publicada, com antecedência razoável, a previsibilidade das datas de mobilidade entre comandos. Especialmente nas carreiras de Agente e Chefe; Que seja publicada a listagem e ordenação de pedidos de passagem à Pré-Aposentação; Que sejam abertos procedimentos concursais para ocupação das vagas existentes nas diversas carreiras e cumprido o estipulado no EPPSP; Que seja efetuada aquisição de fardamento em quantidade e qualidade suficientes para ser fornecido aos polícias; Que a CGA deixe de aplicar o fator de sustentabilidade aos polícias quando passem à Aposentação.

PROMESSAS VÃS

O Governo já prometeu resolver algumas delas, mas a verdade é que não temos passado disso mesmo: de promessas. Os polícias continuam a trabalhar em condições degradantes e com salários que nos envergonham perante as nossas congéneres europeias. Só para se ter uma ideia, um país da dimensão de Portugal, como é a Suíça, paga aos agentes da polícia em início de carreira cerca de 9 mil euros. E não colhe o argumento de que naquele país o custo de vida é mais caro, porque não corresponde à verdade. Apenas se paga o que é justo a quem coloca diariamente a sua vida em risco em prol dos demais cidadãos. Ou seja, valoriza-se uma profissão de desgaste rápido, algo que em Portugal está longe de acontecer.

O mais grave, é que os problemas da PSP já foram, este Verão, reconhecidos pelo próprio primeiro-ministro, António Costa, em declarações públicas que fez aquando da tragédia dos fogos florestais que, mais uma vez, se abateu sobre o nosso país. Disse aquele governante, que as verbas que são alocadas ao combate a incêndios florestais, em aluguer de aviões e equipamento de bombeiros, são desviadas da segurança interna. “O dinheiro que o Ministério da Administração Interna consome no aluguer de meios aéreos, no equipamento de bombeiros, na formação de bombeiros, na constituição de equipas profissionais, não é dinheiro que se está a desviar da prevenção. É dinheiro que se está a desviar da segurança interna”, disse António Costa aos jornalistas.

Intervindo à margem de uma visita

à base aérea de Monte Real, distrito de Leiria, onde se deslocou para agradecer o contributo das tripulações dos meios aéreos de Marrocos, Itália e Rússia no combate aos incêndios em Portugal, o primeiro-ministro frisou que o dinheiro para combater fogos não é investido em instalações e esquadras da GNR e PSP, cujas condições “são uma vergonha nacional”.

O primeiro-ministro reconheceu, ainda, que, além das instalações, é necessário investir nas condições dos polícias e dos guardas (da GNR), “que têm péssimas condições de trabalho”, aludindo também à falta de pessoal, que “é necessário aumentar”.

“E é à custa do desvio desses dinheiros da segurança interna para estes meios (de combate a incêndios), que tem sido suportado este investimento”, reafirmou.



© NOTÍCIAS AO MINUTO



© DN

ALERTA NO PORTO

Mas o certo, é que as palavras do primeiro-ministro não têm tido reflexo na política que tem sido concretizada na PSP. Até porque, o investimento no combate a incêndios não deve, nem pode, servir de desculpa para não resolver os problemas dos polícias, uma vez que aquilo que está em causa é a segurança de todos os portugueses.

O SPP-PSP não aceita de forma alguma que apenas se tenha decidido formar 300 novos agentes este ano, quando o EPPSP determina que sejam 800/900. A formação destes agentes é menos que uma gota no oceano para resolver o problema do envelhecimento da instituição, agravada pelo facto de, mesmo assim, faltarem elementos no terreno em todos os comandos do país, conforme facilmente se depreende do recente discurso do comandante do Comando Metropolitano do Porto, que alertou para a necessidade urgente de reforço de efetivos daquele comando, que tem menos agentes que em 2000 e já não consegue “fazer omeletas sem ovos”.

“É no potencial e capital humano que sentimos os nossos maiores constrangimentos. Desde 2012 o Comando Metropolitano da PSP do Porto perdeu mais de 200 agentes. Mesmo o nosso efetivo da Força Destacada da Unidade Especial de Polícia, que deveria ser uma unidade de reserva, está em sobrecarga permanente, mostrando que também nessa perspetiva carecemos de revisão e reforços dos seus efetivos”, notou o responsável metropolitano no discurso que fez no dia daquele comando.

E se dúvidas houvesse em relação ao perigo de paralisação da PSP e do risco que se corre em termos de segurança nacional, aquilo que aconteceu em Almada não deixa margens para dúvidas. Em meados de Agosto um grupo, de 30 a 40 pessoas, cercou a esquadra do Laranjeiro, onde estava de serviço apenas uma pessoa, que se sentiu ameaçada e teve de pedir reforços.

Na altura, o presidente do SPP, Chefe Mário Andrade, colocou o dedo na ferida: “Foi necessário pedir reforços e só veio um carro da Polícia de Segurança Pública. O sucedido é consequência da falta de efectivos, tanto nas esquadras, como nas patrulhas. Além disso, o comando de Setúbal da PSP já tinha dado um alerta para a existência “de



SPP/PSP

vários grupos rivais que estavam a planear ataques às esquadras e percebeu-se que se isso acontecer os meios são escassos. Este é o reflexo do Governo, por decisão do ministro das Finanças, continuar a insistir em formar apenas 300 agentes, quando são necessários 800/900 novos agentes por ano.”

PETIÇÃO PÚBLICA

A não admissão de novos agentes em número suficiente e o adiamento da passagem à pré-aposentação e aposentação na PSP levou já a que fosse lançada uma petição pública tendente a

forçar a Assembleia da República a agir nesta matéria e o ministro das Finanças a repensar a sua decisão.

A petição, intitulada Mário Centeno chumba 500 novos polícias – Desbloqueio dos restantes 500 novos polícias”, está a correr nas redes sociais e diz o seguinte: “A concretização do sonho estava tão certa, tão real, ainda estou incrédulo com tal desrespeito por nós reservistas (candidatos à PSP que ficaram de fora), que estamos a ser tratados como algo descartável e sem valor! Não consigo ainda acreditar! É um objetivo para nós, uma meta que há muito corremos por ela! E para a sociedade es-

tamos a falar de segurança a que eles têm direito, pois um dos direitos é a liberdade, e onde termina a segurança termina também essa mesma liberdade! Sr. Ministro, com todo o respeito, encare a realidade do que se está a passar, as dificuldades que esta instituição enfrenta com falta de efetivos! Não estamos em altura de braços de ferro, mas sim de acções e resoluções! Estamos a falar de Portugal Sr. Ministro!”

O documento a circular no Facebook concretiza: “Muitos de nós demitiram-se dos seus empregos para ingressar na Polícia, tal era a certeza que tinham. Nós não somos apenas números, temos os nossos sonhos e sabemos o quanto podemos ser úteis para a nossa sociedade, e está mais que na hora de muitos efetivos descansarem, pois já fizeram o seu papel com brio e honrosamente e está na hora da passagem de testemunho, têm esse direito. Desde muito cedo este curso esteve sempre programado, e de um momento para outro fomos colocados de parte de ânimo leve, por constrangimentos orçamentais. Muitos de nós, com estes longos meses de espera acabaram



TVI24

por ultrapassar a idade e não podem mais voltar a concorrer sendo esta a sua última oportunidade de se tornarem membros desta grande instituição Polícia de Segurança Pública. Pedimos assim o desbloqueio de mais 500 vagas, conforme nos foi prometido e segundo o estatuto em vigor.”

Face a toda a onda de contestação que a decisão de admitir apenas 300 novos agentes em 2016 está a

provocar, o SPP-PSP enviou um ofício ao ministra das Finanças, dando conta de todos os problemas que a sua decisão irá provocar, colocando em risco a segurança nacional. Até ao momento sem qualquer resposta daquele governante. Como é óbvio, a manter-se este quadro, aos polícias não restará outra alternativa que não seja ir, mais uma vez, à luta pelos seus direitos e para bem de todos os portugueses.

PUBLICIDADE

fundação Dom Belchior Carneiro
Lar de Idosos

Serviços:

- Alojamento
- Alimentação
- Higiene Pessoal e Conforto
- Tratamento de Roupas
- Apoio em todas as actividades da vida diária
- Cuidados de Enfermagem e acompanhamento Médico
- Apoio psicossocial
- Actividades de Animação e Lazer

Espaços:

- Quartos individuais e duplos, todos com casa de banho privativa, varanda, telefone e TV.
- Salas de estar
- Refeitório
- Sala de jogos
- Biblioteca
- Cabeleneiro
- Ginásio
- Capela
- Gabinete médico e de enfermagem
- Jardins exteriores

VENHA VIVER NUM LAR NUM LOCAL APRAZÍVEL, LOCALIZADO NA RUA DA COOPERATIVA DO PESSOAL DA FÁBRICA DA PÓLVORA DE BARCARENA - 49, EM BARCARENA (JUNTO A OBRAS GOLF).

Para mais informações contacte:

21 427 2110 / 960374706 ou e-mail: lar@fdbc.pt

Visite-nos em www.fdbc.pt



José Lourenço Tavares
Advogado do SPP/PSP

Algumas notas sobre a insolvência

Uma pessoa é considerada insolvente quando se encontra impossibilitada de cumprir com as suas obrigações vencidas. Ou seja, aquilo que ganha, é incapaz de fazer face àquilo que deve.

Não basta um juízo pessoal, social, de mero bom senso, ou puramente aritmético, para que uma pessoa seja considerada insolvente.

Para uma pessoa ser considerada insolvente tem que existir uma sentença do tribunal a declará-la como tal.

Ou seja, tudo começa com um pedido que deve ser feito em tribunal, no sentido de ser decretado judicialmente este estado de incapacidade de pagamento das dívidas assumidas.

É claro que as situações de insolvência estão mais do que estudadas. As causas principais são o desemprego involuntário e ou o divórcio.

Para uma pessoa ser considerada insolvente tem que existir uma sentença do tribunal a declará-la como tal.

Ou seja, as pessoas acabam por assumir um montante exagerado de despesas fixas e são incapazes de reagir a um estado conjuntural ou estrutural de diminuição do rendimento.

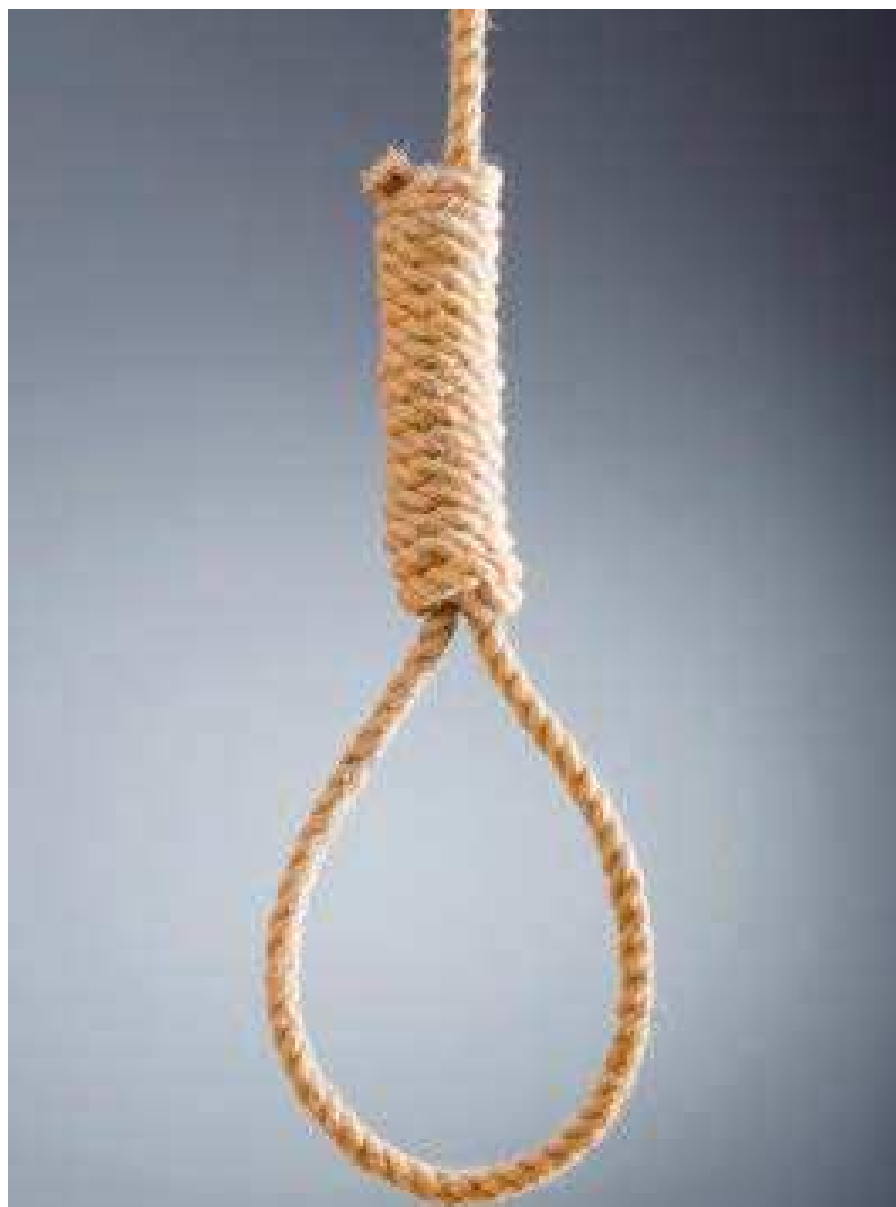
A insolvência pessoal não é um mar de rosas. Pode não resolver verdadeiramente nenhum problema concreto, só operando em situações muito específicas e onerando as pessoas com mazelas psicológicas que podem

durar toda uma vida. É certo.

Mas também não deixa de ser menos certo, que por vezes e muitas vezes, acaba por funcionar como SOS. Uma válvula de escape. Quando as contas não param de chegar. Quando as operadoras e instituições financeiras,

não param de ameaçar com processos, execuções e penhoras. Por vezes, de facto, pode ser a solução. A solução possível.

Com a sentença e o pedido de exoneração do passivo restante, todos os bens da pessoa insolvente, são apreendidos e



SPP-PSP

Um Sindicato de Polícias para Polícias!



SPP - PSP

vendidos com o objectivo de amortizar as dívidas contraídas junto dos credores.

O problema neste caso como em tantos outros casos, é que se vende gato por lebre.

A sentença de insolvência é rápida e se estiverem reunidos os pressupostos, até é obrigatória.

O pior vem depois.

E por isso, o pedido de insolvência deve ser entendido como a ultima ratio.

Nos processos de insolvência que passam pela liquidação, ou seja a mais normal, que implica a apreensão dos bens para venda e pagamento parcial dos credores, todos os bens do insolvente ficam apreendidos.

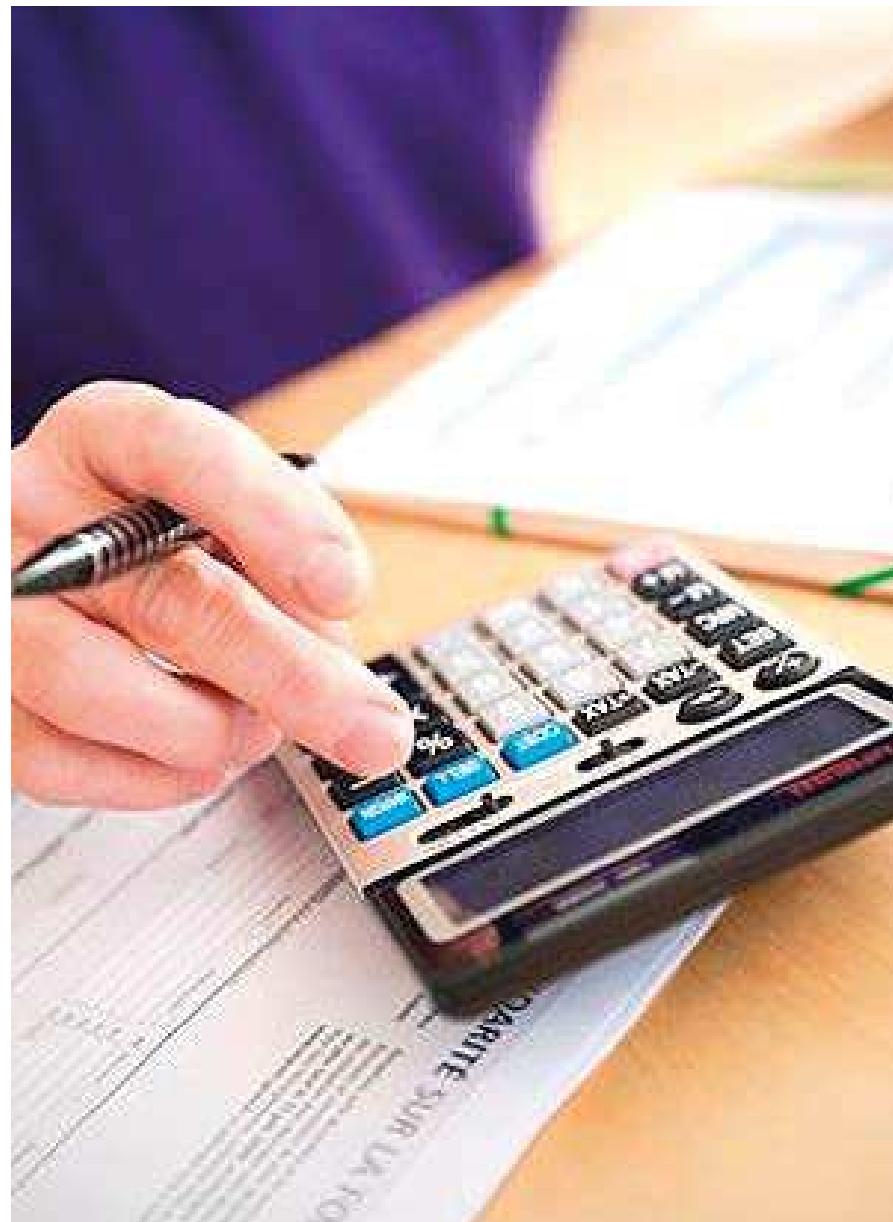
Isto inclui a perda da casa. Por isso somente quando não há negociação possível para recuperação da casa ou sua entrega ao banco para venda sem grande diferencial, se deve recorrer à insolvência.

O processo de insolvência é um processo de execução universal. De facto, as pessoas deixam de atender chamadas e de receber cartas dos tribunais. Conseguem recuperar alguma sanidade mental. O desgaste psicológico diminui. Mas em contrapartida, porque não há almoços grátis, com a exoneração do passivo restante, a pessoa insolvente vive só com uma “mesada”, que em certos casos traz inerente um certo castigo pelo sucedido, com as consequências daí eventualmente consequentes.

No primeiro mês ou até no primeiro ano, uma pessoa consegue conjecturar a facilidade de cumprimento do acordo assumido e judicialmente imposto. Mas acreditem que passado dois ou três anos, ninguém fica indiferente ao facto de por exemplo ter um vencimento de 2/3 mil euros e só conseguir gerir e gozar uma ínfima parte dele. O resto vai para o Administrador.

Durante cinco anos, o agregado familiar fica fortemente cerceado de gerir o seu património, ou seja, o seu rendimento do trabalho. Basicamente falamos, de um valor equivalente para cada cônjuge e meio salário mínimo por cada dependente para fazer face às suas despesas. Todo o rendimento excedente, é entregue ao senhor administrador para pagar as dívidas da insolvência.

Infelizmente nem todas as dívidas desaparecem com a insolvência. É o caso das dívidas fiscais, à segurança social,



crédito de alimentos e algumas decorrentes de processos em tribunal.

O processo de insolvência, é de facto, uma solução para as dívidas comerciais.

(...) com a exoneração do passivo restante, a pessoa insolvente vive só com uma “mesada”, que em certos casos traz inerente um certo castigo pelo sucedido (...)

Tudo o que seja dívidas com entidades bancárias, crédito ao consumo. Operadoras de comunicações. No fundo todas as dívidas comerciais ou civis. A declaração

de insolvência pessoal suspende todas as penhoras e outras diligências executivas que corram contra o devedor e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer acção executiva intentada pelos credores da insolvência.

Quando não consegue pagar as suas dívidas e tendo esgotado todas as hipóteses junto das entidades credoras, poderá recorrer à insolvência de pessoas singulares. Este processo apenas pode ser requerido junto do tribunal necessitando dos serviços de um advogado. Caso não tenha meios económicos para contratar um advogado, poderá recorrer ao Apoio Judiciário junto dos serviços de atendimento da Segurança Social.

Esta situação é de facto, muito marcante e importante para a vida de uma pessoa e de um agregado familiar.

Tantas e tantas vezes, vejo pessoas



a decidir-se pela insolvência, atento o desespero em que se encontram, fixando-se apenas no valor dos honorários que lhe são fixados pelo advogado.

cífica e direccionada, cabe em jeito de conclusão, que um agente da PSP, só deve em geral ponderar um processo de insolvência pessoal ou conjugal,

(...) um agente da PSP, só deve em geral ponderar um processo de insolvência pessoal ou conjugal, quando a totalidade das suas dívidas, for comercial (dívidas a bancos, cartões de crédito, créditos-pessoais..) e quando os esforços para renegociação da entrega da casa ao banco, não surtam efeito (...)

Nesta situação, como em tantas outras, é necessária uma ponderação por parte da pessoa, assessorada por um advogado de confiança.

Como escrevo numa revista espe-

quando a totalidade das suas dívidas, for comercial (dívidas a bancos, cartões de crédito, créditos-pessoais..) e quando os esforços para renegociação da entrega da casa ao banco,

não surtam efeito. Neste caso, talvez seja conveniente a ponderação de um pedido de insolvência.

Mas cada caso é um caso...

Um processo de insolvência pode evitar que uma pessoa sobre-endividada fique para sempre com dívidas que não consegue pagar e recuperar financeiramente.

Mas, atenção

Esta solução não é fácil! É um processo muito complexo, onde todos os seus bens serão apreendidos, será privado da administração dos mesmos e a sua independência financeira ficará fortemente condicionada.

(In Página do Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado Deco)

As elites portuguesas



Alexandre Zagalo
Advogado do SPP/PSP

Há um provérbio que diz que 100 leões comandados por um carneiro perdem a guerra contra cem ovelhas comandadas por um leão.

Em Portugal as nossas elites políticas, empresariais, financeiras, académicas e intelectuais são fracas, mal preparadas, convencidas que são iluminadas por um deus superior e por isso onipotentes para quem rega a terra com o suor do seu trabalho.

Em qualquer parte do mundo encontramos Portugueses que foram obrigados pelas nossas elites a sair do seu país para poderem ganhar o sustento das suas famílias.

O povo português é constituído por pessoas bem formadas, honestas, trabalhadoras, que acreditam na cultura do trabalho e com uma enorme capacidade de sofrimento, mas que estão à mercê das nossas elites, que sempre souberam governar-se, mas que sempre se revelaram incapazes de governar a nossa pátria.

(...) 100 leões comandados por um carneiro perdem a guerra contra cem ovelhas comandadas por um leão.

As nossas elites com as suas falsas promessas para ganharem as eleições fizeram do nosso país uma terra perdida e sem futuro, explorado por países usurários que hipotecam com os juros que cobram dos seus empréstimos o futuro das gerações vindouras.

Portugal é um País rico, tem terras férteis, tem água, tem mar e tem vento,



pode produzir energia suficiente para consumo interno e para exportar.

Pura incompetência

Somos apenas 10 milhões no nosso lindo jardim plantado à beira mar. Só a cidade de São Paulo, no Brasil, tem o

dobro dos habitantes e é gerida por um simples Perfeito, o equivalente a um presidente de câmara em Portugal.

Por isso só por manifesta incompetência das elites políticas dos partidos que nos têm governado ao longo das últimas décadas é que se explica a si-

tuação de catástrofe económica e social em que o país se encontra.

Já imaginaram um dos nossos governantes a gerir uma cidade com 20 milhões de habitantes e onde as cidades que gravitam à sua volta (as "sintras" e

(...) incompetência das elites políticas dos partidos que nos têm governado ao longo das últimas décadas é que se explica a situação de catástrofe económica e social em que o país se encontra.

"amadoras" lá do sítio) têm, no mínimo, 2,5 milhões de almas? Seria, por certo, a catástrofe que temos visto provocar em Portugal elevada ao triplo.

O PODER DAS ELITES FINANCEIRAS

Esta situação também é criada pelas elites jurídicas que gravitam na Assembleia da República e no Governo Português influenciando as decisões legislativas em favor das elites financeiras. Não temos dúvidas de que o facto de alguns deputados serem advogados e poderem servir instituições privadas e grupos financeiros cria situações de



promiscuidade que cobrem com um véu de incompetência e desonestidade das nossas mediocres Elites.

Estas Elites dominam a nossa "emocracia parlamentar" pródiga em benesses, regalias, reformas milionárias que atribuem a si próprias, que levaram o nosso País para a cauda da Europa e para o colapso financeiro.

Portugal é um País esquizofrénico que se recusa a aceitar que haja fome, sendo que a democracia e a liberdade não existem quando não há pão.

Mais uma vez, é o povo e os seus filhos que estão e estarão a pagar em desemprego, terrorismo fiscal, miséria, criminalidade, emigração, fome, etc... os crimes políticos das ditas elites.

PUBLICIDADE



Gabinete de Psicologia do SPP-PSP

- Avaliação Psicológica
- Consultas de Acompanhamento: Crianças, Adolescentes, Adultos
- Terapia de Casais
- Aconselhamento Parental
- Orientação Escolar e Testes Vocacionais

Contactos:

Sede SPP_PSP
Drª Sandra Sofia Coelho
Av. de Ceuta Sul, Lote 5, Loja 2
1300-125 Lisboa
Telf: 213 610 941/966 826 849

Consultório:
Rua da Palma n.º 284 -2.º andar
1100-394 Lisboa
Email: sandraferreiracoelho@gmail.com
Telm: 967 297 866

Convívios juntam polícias e famílias em Braga e na Guarda



No âmbito dos Estatutos do SPP-PSP, o início deste Verão ficou marcado pela realização de diversas iniciativas de âmbito cultural e recreativo, destacando-se os dois convívios realizados na Guarda e em Braga, por iniciativa das estruturas sindicais locais, que juntaram centenas de polícias e as

suas famílias, bem como representantes das forças vivas daquelas regiões.

Na Guarda, houve lugar, no dia 25 de Junho, ao já tradicional jogo de futebol que colocou frente a frente uma equipa formada por polícias da nossa delegação e outra representativa da direcção nacional do SPP-PSP, tendo-se seguido um almoço de confraterni-

zação. “Estas iniciativas são boas para fomentar a amizade entre polícias e as suas famílias, sendo um escape ao enorme stress a que a maioria de nós está sujeita ao longo do ano”, salientou o Chefe Mário Andrade, presidente do SPP-PSP.

Já em Braga teve também lugar o habitual encontro de polícias de início de

Verão. Tratou-se do VI Convívio promovido pela Distrital de Braga do SPP/PSP e que ocorreu a 4 de Julho, no Parque de Lazer de Vilaça.

“Este convívio que temos levado a cabo todos os anos tem-se revelado cada vez mais como um espaço privilegiado de convivência e partilha dos profissionais de polícia e seus familiares. Para respondermos aos níveis de exigência que, a cada ano que passa, nos têm vindo a ser colocados pelos participantes que vão crescendo sistematicamente, temos promovido e consolidado parcerias com diversas entidades e empresas”, explicou o responsável da Distrital minhota, José Coelho, concretizando: “Este ano contamos com a colaboração do Presidente da Junta de Freguesia de Vilaça, na cedência do Parque de Lazer de Vilaça, e com as suas excelentes estruturas de apoio. Contamos também, como já tem sido habitual, com a colaboração do proprietário da Padaria das Trinas de Guimarães, que nos tem presenteado com o magnífico bolo, com o logotipo do SPP/PSP e que tem feito as delícias de todos os participantes. Mas a princi-



pal atração, como é óbvio, foi o também já tradicional porco no espeto.”

Após o final de ambos os convívios a ideia dos organizadores era a mesma: repetir os eventos no próxi-

mo ano e tentando sempre melhorar e aprofundar os laços entre polícias e as suas famílias.

A redacção de “O Polícia”

PUBLICIDADE



CENTRO CLÍNICO
ÁGUAS LIVRES

Descontos para associados do SPP/PSP

20% em todos os atos dentários

10% em todas as próteses

10% em todas as especialidades médicas



ESPECIALIDADES

www.centroclinicoaguaslivres.pt

Medicina Dentária
Ortodontia
Medicina Geral e Familiar
Pediatría
Análises Clínicas
Neurologia
Otorrinolaringologia
Ortopedia
Terapia da Fala
Nutrição
Osteopatia

Cirurgia Geral
Cardiologia
Psiquiatria
Psicologia
Fisioterapia
Terapia da Dor
Acupuntura
Psicomotricidade
Massagens
Orientação Escolar
Rastreio e Aparelhos Auditivos

Estrada do Arraial, 29-B

Bonassim - Armadoura

Telefone: 21 300 00 00

Horário de funcionamento

Segunda a Sexta 9h às 19h

Sábado 9h às 13h

Segunda a Sexta 9h às 19h

Sábado 9h às 13h

Segunda a Sexta 9h às 19h

Sábado 9h às 13h

Torneio de Futebol de 7 Interdivisões foi um sucesso

O Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP-PSP) congratula-se com o facto de o "I Torneio Interdivisões de Futebol de 7" ter sido um sucesso. De facto, como seria de esperar, a prova, realizada no Estádio Municipal de Oeiras (com o apoio da Associação Desportiva de Oeiras – ADO e das juntas de freguesia de Oeiras e S. Domingos de Rana), nas primeiras semanas de Maio, decorreu sem qualquer tipo de incidentes e num ambiente de franca cordialidade e confraternização, estando todos os envolvidos na organização de parabéns.

Tratou-se de um torneio que contou com a participação de 18 equipas de várias divisões do Comando Metropolitano de Lisboa e do Comando de Polícia de Setúbal e que envolveu cerca de 300 polícias, de todas as categorias, associados e não associados do SPP, comprovando-se assim a enorme receptividade que a prova obteve junto do efetivo policial.

Desta forma, o SPP, seguindo os estatutos, contribuiu de forma significativa para promover o espírito de união e o desenvolvimento físico dos polícias, sendo intenção deste sindicato continuar com a realização deste torneio no próximo ano, quiçá ainda com mais equipas e, por conseguinte, mais participantes.



A Divisão da Amadora conquistou o torneio e a 3ª Divisão ganhou a Taça SPP/PSP-Oeiras. Luís Faria, da 2ª Divisão, foi o melhor jogador e marcador do torneio.

O sucesso desta prova só foi possível graças à compreensão do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP e aos comandantes de divisões e esquadras, que facilitaram as trocas e permutas aos polícias que desejaram participar

no evento, considerando em serviço o tempo que dispensaram para o efeito. A todos eles, bem como a todas as entidades particulares, com destaque para o Centro Comercial Oeiras Parque (Mundicenter), Vimeca, Delta, Continente de Oeiras, Parques Tejo e às agências funerárias Ana&Filho, Almeida e Gestifúbre, que se associaram ao evento, o nosso mais profundo agradecimento.

TORNEIO SPP/PSP DOURO



Uma nota ainda para a realização, igualmente este Verão, do III Torneio SPP-PSP Douro, realizado na freguesia de Sediolos, com o apoio da Junta local e do seu presidente,



Carlos Nogueira, que foi ganho pela equipa deste sindicato, tendo Diogo Monteiro, da equipa Monteiro Irmão S. A. sido o melhor marcador da prova.



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE POLÍCIA

DIRECÇÃO NACIONAL

FICHA DE INSCRIÇÃO

SÓCIO N.º _____

NOME -

MORADA -

CÓDIGO POSTAL -

LOCALIDADE -

E-MAIL -

TELEFONE/TELEMÓVEL -

N.º CONTRIBUINTE -

BILHETE DE IDENTIDADE DA P.S.P. N.º

EMITIDO EM - / /

DATA DE ADMISSÃO NA P.S.P. / /

COMANDO DE

LOCAL ONDE PRESTA SERVIÇO -

*.ESQUADRA - DIVISÃO

LOCALIDADE -

DECLARO AUTORIZAR O ENVIO DE E-MAIL'S

SIM ☒ NÃO ☐

ASSINATURA -

EXMO. SENHOR

DIRECTOR NACIONAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Eu abaixo-assinado, _____, posto _____, N.ºs _____ / _____, declaro para os devidos efeitos que nos termos do artigo 9º, n.º 1 e 2, da Lei 14/2002, de 19 de Fevereiro, autorizo o desconto mensal no meu vencimento, da importância de **€ 4,50** (Quatro euros e cinquenta cêntimos), a qual deverá ser creditada na conta **N.º 0936 / 036.079.030**, do **SPP/PSP – SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE POLÍCIA – PSP**, na Caixa Geral de Depósitos, Agência de Xabregas – Lisboa.

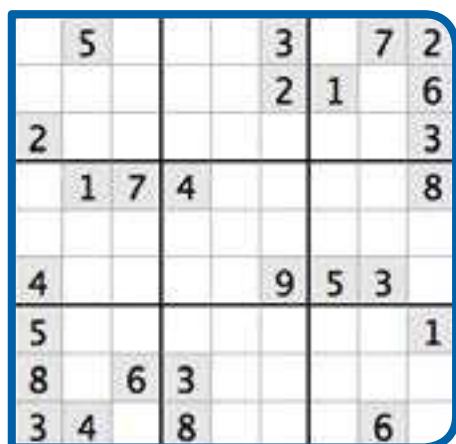
A importância a descontar, diz respeito à minha quota sindical que inicialmente será de € 4,50 (Quatro euros e cinquenta cêntimos), ficando a cargo do citado Sindicato, qualquer comunicação relativa a eventuais actualizações.

_____ de _____ de _____

SEDE NACIONAL – Avenida de Ceuta Sul, Lote 5, Loja 2, 1300 – 125 – Lisboa
Telefone: 213 610 941 – Fax: 213 611 127 – Telemóvel: 961 932 152
Internet: www.spp-psp.pt – E-mail: sede@spp-psp.pt

PASSATEMPOS

Sudoku



A palavra Sudoku significa "número sozinho" em japonês, o que mostra exactamente o objectivo do jogo. O Sudoku existe desde a década de 70, mas começou a ganhar popularidade no final de 2004 quando começou a ser publicado diariamente na sessão de Puzzles do jornal The Times. Entre Abril e Maio de 2005 o puzzle começou a ganhar um espaço na publicação de outros jornais Britânicos e, poucos meses depois, ganhou popularidade mundial.

Fonte: wikipedia.org

Solução



Visite-nos em:

www.spp-psp.pt



Anedotas



Felizmente há crianças para tornar este mundo mais alegre...

Batatas

Professor: O que devo fazer para repartir 11 batatas por 7 pessoas?

Aluno: Puré de batata, senhor professor

Cantar

O professor ao ensinar os verbos: Se és tu a cantar, dizes: "eu canto". Ora bem, se é o teu irmão que canta, como é que dizes?

- Cala a boca, Alberto

Castigo

"Stora", alguém pode ser castigado por uma coisa que não fez?

- Não.

- Fixe. É que eu não fiz os trabalhos de casa.

Verbo

Verbo indicativo do verbo caminhar.

- Eu caminho... tu caminhas... ele caminha...

- Mais depressa!

- Nós corremos, vós correis, eles correm!

Chuva

Professor: Chovia, que tempo é?

Aluno: É tempo muito mau, senhor professor.

Camelos

Professor: De onde vem a electricidade?

Aluno: Do Jardim Zoológico!

Professor: Do Jardim Zoológico?

Aluno: Pois! O meu pai, quando falta a luz em casa, diz sempre: "Aqueles camelos..."

Corações

Professor: Quantos corações temos nós?

Aluno: Dois, senhor professor.

Professor: Dois!?

Aluno: Sim, o meu e o seu!

Atraso

Dois alunos chegam atrasados à escola e justificam-se:

- 1º Aluno: Acordei tarde, senhor professor! Sonhei que fui à Polinésia e demorou muito a viagem.

- 2º Aluno: E eu fui esperá-lo ao aeroporto!



Grupo A.F.A.®
Agências Funerárias

**“Somos diferentes porque tratamos
cada família como se fosse a nossa.”**

Somos uma empresa familiar portuguesa

- 25%*
Desconto
PROTOCOLO
GRUPO A.F.A- SPP-PSP

Condições especiais: SPP-PSP **Sócios e Familiares**

CONTACTE-NOS 24H GRATUITAMENTE

 **800 207 818**

SERVIÇO FUNERÁRIO PERMANENTE
ASSISTÊNCIA FAMILIAR DISPONÍVEL 24 HORAS

 funerarialisboa@gmail.com

www.grupoafa.pt

O Grupo A.F.A. é uma empresa que, com o passar dos anos, tem conservado intacta a sua essência de empresa familiar. Tratando todos os nossos clientes com proximidade e respeito. A inovação e modernidade não afetaram os nossos valores e tradição funerária, que mantivemos. O nosso sonho de crescer a cada dia que passa é compartilhado pela dedicação e esforço pessoal no cuidado para com as famílias. Estamos preparados para realizar todos os tipos de funerais, sepultura, jazigo e cremação, complementados por um conjunto de serviços fúnebres.

- ✓ **Somos uma empresa familiar Portuguesa**
- ✓ **Cuidamos de cada família**
- ✓ **Atuamos com honestidade e transparência**
- ✓ **Tratamos todos com respeito e proximidade**


Somos profissionais ao serviço das famílias.

* Este valor não é acumulativo com outros descontos. Para mais informações contacte os nossos serviços


ADVOGADOS

LISBOA

DR. JOSÉ TAVARES


 965546531

DRª INÊS PEREIRA

 964301238


DRª VERA MOCINHA

SÓ ATENDE EXCLUSIVAMENTE
CASOS DE ACIDENTES DE
TRABALHO E VIAÇÃO

 969032788

FARO

DR. FILIPA GONÇALVES

 289862322

MADEIRA

DR RUI MILHO

 964610763

PORTO/AVEIRO/BRAGA

DRª EUGÉNIA COUTINHO

 935551920

COVILHÃ/GUARDA

DR. MANUEL RODRIGUES

 963959691


 914411858

TORRES NOVAS/

COIMBRA/SANTARÉM/


CASTELO BRANCO

DR. ALEXANDRE ZAGALO

 965092340

AÇORES

DR CLÉLIO MENESES

 917344414

NOTA: PARA CONSULTAR OS ADVOGADOS DE LISBOA DEVE LIGAR PARA A SEDE PARA MARCAR CONSULTA
PARA OS RESTANTES ADVOGADOS É NECESSÁRIO APRESENTAR O CARTÃO DE SÓCIO DO SPP/PSP



GABINETE DE PSICOLOGIA DA PSP


Psicologia Clínica

Psicologia Criminal

Recrutamento e Selecção

SOS – Emergência

24 horas

 **800 212 312**

Locais de atendimento

- Belas
- Cmd. Metrop. Lisboa
- CD Setúbal
- Almada
- Cmd Metrop. Porto
- CD Beja
- CD Faro

Marcações de consultas Tel: 219802020, Ext. 12700

SPP diz que novo estatuto abrang
abrange mais de 80% das reivindicações

O Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP-PSP) congratulou-se hoje com a aprovação do novo estatuto profissional da PSP, assinalando que o diploma respeita o memorando assinado com a tutela e "abrange mais de 80% das reivindicações".



POLÍCIAS

"Constrangimentos orçamentais" lev

governo a chumbar 500 novos polícia

O ministro das finanças travou o prometido concurso para a formação de 800 polícias. Mário Centeno só autoriza a entrada de 300, deixando de fora 500 que já estavam em fase de pré-formação.

FOTOGALERIA DO DIA

Ministra desilude polícias e tréguas com o
chegam ao fim



Concurso de promoção de polícias está resolvido,
diz ministra

Constança Urbano de Sousa revela que o diretor nacional da PSP já possui

PSP confirma intendente José Fi

missão nas Nações Unidas

28/7/2016, 11:35

A Polícia de Segurança Pública confirmou a nomeação do intendente para uma missão internacional das Nações Unidas, após um pedido de agente feito pelo organismo.

Partilhe     



Polícias de todo o país recebem formação de Língua Gestual

Partilhe     



Numa década, a Divisão de Segurança Aeroportuária perdeu 100 agentes - tem hoje 255. Há um ano sem formação, agentes



REVISTA DE IMPRENSA

«Polícias proibidos de usar redes
sociais no trabalho» - Jornal de Notícias

08/25 - 31-07-2016

MANIFESTAÇÕES

Estruturas sindicais da PSP marcam

manifestação para setembro

12/7/2016, 21:36

Os polícias vão manifestar-se no início de setembro em frente da Direção de acordo com uma decisão de 10 estruturas sindicais que hoje se reu

Partilhe     

